

Bambini pensati infanzia vissute

a cura di
Andrea Traverso

vai alla scheda del libro su www.edizioniets.com



Edizioni ETS



www.edizioniets.com

Volume pubblicato con il contributo
dell'Università degli Studi di Genova
(Progetto di Ricerca di Ateneo PRA2013)

© Copyright 2016

EDIZIONI ETS

Piazza Carrara, 16-19, I-56126 Pisa

info@edizioniets.com

www.edizioniets.com

Distribuzione

Messaggerie Libri SPA

Sede legale: via G. Verdi 8 - 20090 Assago (MI)

Promozione

PDE PROMOZIONE SRL

via Zago 2/2 - 40128 Bologna

ISBN 978-884674461-6

Bambini pensati
infanzia vissute



Fonte:

Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher. Rio de Janeiro/Brasil, abril de 1928.

Prefazione

Crianças, de lá e de cá: representações de proteção e assistência à infância no Brasil

*Gizele de Souza**

Esta imagem de aproximadamente 450 crianças pequenas, viajantes, no transatlântico Giulio Cesare, da Itália ao Brasil, em 1928, estampou meia página do periódico brasileiro *Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher* e, nas descrições da fotografia, constava ser uma “viagem de recreio e saúde” das crianças, enviadas por Mussolini.

Mas o que pensar de uma empreitada transnacional, com tantas crianças ou “petizes” como diz a publicação mencionada, desembarcando no Brasil depois de longos períodos de aventura ao mar? Que propósitos trazem ação como esta, ao expor inúmeras crianças durante longuíssimos trajetos? Pouquíssimas informações a divulgação da revista apresenta, o que lemos pelos créditos indicados junto à imagem é a mitificação e o enaltecimento ao governo Mussolini como “estadista” e a defesa da perspectiva eugênica da infância quando se descreve ser uma ação “visando a consolidação física da raça e da nacionalidade, pela assistência à infância” em função de existir na Itália “milhares de crianças débeis que, perecem ou se criam em condições inferiores à mingua de recursos” (*Vida Doméstica*, 1928). Para elas, ainda sustenta a reportagem, “estas viagens nos maiores e mais seguros navios italianos, constituem uma excursão magnífica de cura e recomposição física e que também lhes dará luzes e noções gerais interessantes dos países visitados.” (*Vida Doméstica*, 1928).

As descrições transcritas acima compõem, ao meu juízo, um arsenal de representação (Chartier, 1994) de um projeto civilizatório que traz como marcas de sua base a higienização do mundo social e

* Università Federal del Paraná/Brasile.

da infância. Neste projeto, as ideias de ‘cura’ e ‘recomposição física’ da saúde das crianças pobres se constituem peças de uma espécie de ‘cruzada’ civilizatória que restituem ‘força e caráter’ aos que se consideravam ‘infortúnios e deserdados da sorte’. Tal perspectiva, com forte apelo de preconceito racial e social, teve vida longa e abarcou continentes.

A imagem do Brasil no final do século XIX era de “um grande laboratório racial” (Schwarcz, 1994, p. 137), visão essa de “um país de raças híbridas” construída por inúmeros viajantes que passaram pelo Brasil e recebeu também ancoradouro por cientistas nacionais (Schwarcz, 1994). Concordando com a pesquisadora Lilia Schwarcz, o racismo como fenômeno recente responde sob uma forma moderna a uma função antiga, foi reintroduzido já em inícios do século XIX, na Europa, enquanto princípio de hierarquização em sociedades desiguais, o dogma racial pode ser de certa forma entendido como um estranho fruto, uma perversão do Iluminismo humanitarista, que buscava naturalizar a desigualdade em sociedades só formalmente iguais (Schwarcz, 1994, p. 148).

Na República brasileira que se instalava em fins do XIX, se inaugurava junto um “tempo de homogeneidades” (Freitas, 2005, p. 50), uma era de “definições dos lugares na escala social, das rotas de mobilidade e das ações públicas de intervenção na vida social das cidades e dos campos” (pp. 50-51). Um período, que para muitos, seria a oportunidade histórica de justificar “o branqueamento da sociedade”. Neste momento, compreendido como “era do saneamento” (Hochman, 1998), muitas tensões se visualizavam na configuração da ação pública republicana. “As responsabilidades relacionadas ao bem-estar social, que a muito custo tornavam-se responsabilidades governamentais, faziam-se acompanhar da mística de salvação do cidadão em relação à própria precariedade” (Freitas, 2005, p. 51).

No Brasil, os princípios da “higiene infantil” foram amplamente divulgados por Moncorvo Filho, médico que criou o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (1891), foi crítico às instituições asilares em função dos preceitos, por ele entendidos, como ‘científicos e sociais’. Perspectivas “salvacionistas” marcaram também outras ações públicas de atendimento à infância no Brasil, como programas e instituições de educação e correção de menores pobres infratores, como debates em congressos de proteção e assistência à infância (Kuhlmann Jr, 2002). Mas no avesso das apreciações deterministas, é salutar destacar que tantas outras representações de

crianças e infância circularam e se fizeram presentes em conferências, propostas desde o final do século XIX e primeiras décadas do XX, exemplo dessa circulação foram os *Congresos Americanos del Niño* (Cordeiro, 2015; Souza, Cordeiro, 2015).

No Brasil, embora algumas instituições de proteção à criança tenham sido criadas nas primeiras décadas do século XX, é a partir de 1940 que o Estado brasileiro “começou a se equipar de instituições e pessoal técnico para a proposição e execução de ações de cunho social, assumindo funções na área da saúde, educação, previdência e assistência” (Vieira, 1988, p. 4). O Estado passou a intervir na questão das creches por meio do Departamento Nacional da Criança (DNCr), do Ministério da Educação e Assistência e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão que colaborava com o governo. Criou-se também em 1940 o Departamento Nacional da Criança, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, e em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e ao Juizado de Menores. Este último sofreu duras críticas diante da fragilidade de sua atuação no Brasil frente a tarefa de assistir, proteger e educar a infância e adolescência pobre.

Em meio ao regime político da ditadura civil-militar, instituiu-se em dezembro de 1964 a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), com a finalidade de formular e implantar uma política nacional do bem estar para infância e adolescência considerada pobre e infratora. Esta instituição nasce com o imperativo de dar novo significado a proposta de assistência executada pelo antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Neste contexto, muitos internatos e instituições foram viabilizadas, construídas e/ou reorganizadas. Nos anos de 1960 e 1970 é forte a veiculação, em discursos e documentos oficiais, da ideia de assistência à infância com a marca da culpabilização da família, da tese da ‘desagregação familiar’ como causadora de tantos abandonos. Tal representação reforçou, de um lado esforços de formulação de políticas sociais de proteção à infância, ao mesmo tempo que justificou políticas de correção, punição e perversidades contra crianças, jovens e suas famílias.

Nesta trama (como formula Paul Veyne) a história da assistência e proteção à infância no Brasil vai assumindo outros contornos à medida que o processo de industrialização se amplia, vivenciam-se outras formas de organização familiar, de participação feminina no mundo do trabalho, novas demandas sociais crescem e pressionam

o poder público e as políticas sociais. As críticas e os movimentos sociais, estudantis, de mulheres e associações de moradores pressionam por novas formas políticas de democracia no Brasil e de oferta e ampliação dos serviços públicos de educação e assistência à infância e a juventude. Fruto deste processo se promulga, em 1988, a Constituição Federal brasileira, considerada a carta magna cidadã por reconhecer, dentre a tantos direitos, o das crianças pequenas à educação desde o nascimento no capítulo dos direitos sociais; em 1990 a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069) – legislação que entrava em cena para estabelecer condições dignas de existência e responsabilizar o governo, as famílias e a sociedade pela proteção integral dos direitos do público infantojuvenil. No plano educacional, em 1996 deu-se a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamenta a educação brasileira, e nela instituiu a educação infantil como primeira etapa da educação básica (nível que abarca a educação infantil, fundamental e média) como direito a todos, por meio de uma escola pública e gratuita, como dever do Estado em oferecer. Junto a isso, programas concretos, de abrangência nacional, e políticas na área da assistência, trabalho e educação foram formuladas tendo como centralidade as crianças e os jovens.

É notório o esforço histórico empreendido no Brasil (também em outras terras) no enfrentamento dos problemas sociais e no intento de assumir responsabilidades quanto a proteção e assistência à infância. Porém, as estatísticas e as histórias de vida de milhares de crianças e jovens ainda nos desafiam a fazer cumprir as metas legais e educativas com as quais nos comprometemos a favor delas. As ambiguidades que rondam e marcam as ações de proteção à infância têm de mexer conosco, com as nossas sensibilidades, inteligência e ação.

Se atualizarmos a imagem do início do século XX, das crianças no transatlântico da *Navigazione Nazionale Italiana* – que abre o presente texto – para outras imagens recentes que revelam crianças imigrantes, por terra e por mar, tentando escapar das atrocidades e pleitear a sorte em terras do continente europeu e também da América, talvez encontremos distâncias visíveis nos projetos societários e propósitos acerca das ideias de direito e proteção à infância, mas seguramente será possível localizar marcas de “violência estrutural e perversidade sistêmica”, formulação esta que empresto de Milton Santos, geógrafo e intelectual brasileiro de reconhecimento internacional, que examina o contexto de relações mundiais e compreende

a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade (Santos, 2010, p. 5). O autor afirma que nos encontramos “num mundo confuso e confusamente percebido” e que muitas “mazelas são direta e indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” (Santos, 2010, p. 20). Todavia, adverte o autor que podemos pensar na “construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” (Santos, 2010, p. 20), pois o mundo, como “conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado” (Santos, 2010, p. 112). Que as crianças e suas infâncias, tão escrutinadas por nossos estudos no Brasil e na Itália, possam, àquelas com as quais temos o privilégio de conviver no mesmo tempo histórico, usufruir geográfica e culturalmente de outros acalantos, espaços formativos e dignidade humana.

À coordenação deste livro e aos seus autores, expresseo o meu profundo agradecimento por partilhar dos esforços investigativos e de uma empreitada de produção coletiva, de alta competência acadêmica. Aos leitores, o convite a mergulhar em textos que múltiplas infâncias e crianças despontam, na perspectiva histórica ou contemporânea, e por elas guiadas novas possibilidades analíticas se abrem e representações são ressignificadas.

Referências Bibliográficas

- A infância da Itália e Mussolini como o grande renovador*, em «Vida Doméstica - Revista do Lar e da Mulher» (1928), Ano VIII, n. 121, abril, Rio de Janeiro.
- CHARTIER R. (1994), *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*, em «Estudos Históricos», vol. 7, n. 13, Rio de Janeiro, pp. 97-113.
- CORDEIRO A.B.-CORDEIRO A. (2015), *Luz e Caminho aos pequenos. Os primeiros congressos americanos da criança e a pan-americanização dos saberes sobre a infância (1916-1922)*, tese (Doutorado em Educação), UFPR, Curitiba.
- FREITAS M.C. de (2005), *Alunos rústicos, arcaicos & primitivos: o pensamento social no campo da educação*, São Paulo: Cortez.
- HOCHMAN G. (1998), *A era do saneamento*, São Paulo: Hucitec.
- KUHLMANN JR M. (2002), *A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX*, em M. Freitas-M. Kuhlmann JR (orgs.), *Os intelectuais na história da infância*, São Paulo: Cortez, pp. 459-503.

- SANTOS M. (2010), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro: Record, 19ª ed.
- SCHWARCZ L.M. (1994), *O espetáculo da miscigenação*, em «Estudos Avançados» [online], vol. 8, n. 20, São Paulo, pp. 137-152.
- SOUZA G. DE-CORDEIRO A. (2015), *Os primeiros Congressos Americanos da Criança e a pan-americanização dos debates sobre a infância (1916 a 1922)*, em «Revista Tempo e Argumento», vol. 7, n. 14, jan./abr., Florianópolis, pp. 5-28.
- VEYNE P. (1998), *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, Brasília: UNB, 4ª ed.
- VIEIRA L.M. FRAGA (1986), *Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo*, dissertação de mestrado (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Gli autori

MONICA AMADINI è Ricercatore Confermato presso l'Università Cattolica del Sacro Cuore di Brescia, dove insegna Pedagogia della Persona e Pedagogia Sociale e Interculturale. E' membro del Comitato Scientifico del Centro Studi Pedagogici sulla Vita Familiare operante presso la sede di Brescia dell'Università Cattolica. Fa parte del Comitato di Redazione della rivista La Famiglia. I suoi interessi didattici e di ricerca afferiscono alla pedagogia dell'infanzia, alla pedagogia della famiglia e alla pedagogia sociale, con particolare riferimento ai processi partecipativi e all'inclusione.

ANNA ANTONIAZZI è ricercatrice di Letteratura per l'infanzia presso il DISFOR, Università di Genova. Studiosa del rapporto narrativo e immaginativo che lega il libro agli altri media è autrice di articoli in riviste specializzate e saggi in volumi collettivi. Tra le sue pubblicazioni: Labirinti elettronici. Letteratura per l'infanzia e videogame (Apogeo, 2007); Nella stanza dei bambini. Tra letteratura per l'infanzia e psicoanalisi (con Adalinda Gasparini, CLUEB, 2009); Contaminazioni. Letteratura per ragazzi e crossmedialità (Apogeo, 2012), La scuola tra le righe (ETS, 2014) e Dai Puffi a Peppa Pig. Media e modelli educativi (Carocci, 2015). È autrice del video Lo sguardo di Chamsous Sabah. Bambine nell'immaginario (MeLa, 2014 <https://www.youtube.com/user/MelaUnibo>).

SAMANTHA ARMANI è dottore di ricerca in "Migrazioni e processi interculturali", presso l'Università di Genova. Presso la stessa università è stata docente di Pedagogia della Vulnerabilità e della Marginalità, è docente di Educazione Interculturale, sia per il corso all'interno di Scienze Pedagogiche e dell'Educazione, sia per il laboratorio all'interno di Scienze della Formazione Primaria. Pro-

fessionalmente si occupa di supporto alla genitorialità attraverso progetti educativi mirati a sostegno di adolescenti e bambini vulnerabili. È autrice di diversi saggi e articoli fra cui *Partecipare per apprendere l'intercultura a scuola*, Milano, FrancoAngeli (2013) e, per lo stesso editore, ha curato con G.F. Ricci *Cittadinanza attiva e cultura euromediterranea* (2014).

LAURA CERASI è ricercatore confermato un Storia Contemporanea presso Disfor, dove insegna Storia del Giornalismo e Didattica della Storia. I suoi interessi di ricerca riguardano principalmente le culture politiche fra Otto e Novecento e i loro circuiti associativi e istituzionali, con particolare riferimento alle culture nazionaliste e corporative, la storia e la memoria del lavoro, il fascismo italiano. Fra le sue ultime pubblicazioni: *Pedagogie e antipedagogie della nazione. Istituzioni e politiche culturali nel Novecento Italiano*, La Scuola, Brescia, 2012; *Empires Ancient and Modern: Strength, Modernity and Power in Imperial Ideology from the Liberal period to fascism*, "Modern Italy", n. 4/2014.

RENZA CERRI, è professore ordinario di Didattica e Pedagogia speciale presso l'Università degli Studi di Genova dove insegna Didattica generale e Didattica degli eventi culturali.

Ha studiato e scritto in particolare sulla complessità dell'azione didattica nei contesti formali e informali. Si occupa di ricerca e formazione circa le competenze professionali delle figure educative nella scuola e nei servizi alla persona e delle dinamiche che connettono i contesti educativi e il variegato ambito degli eventi culturali.

Dirige la collana DiScuTERe per la casa editrice Franco Angeli ed è membro del comitato scientifico di numerose collane e riviste.

EMILIANO MACINAI, è professore associato di Pedagogia generale e sociale presso il Dipartimento di Scienze della Formazione e Psicologia dell'Università di Firenze, dove insegna Pedagogia dell'Infanzia, Pedagogia Sociale e Pedagogia Generale, coordina l'Unità di Ricerca *Childhood Studies* e dirige (con S. Oliviero) il Laboratorio *Studi e Ricerche sull'Infanzia*. Tra le sue pubblicazioni: *Identità culturali e integrazione in Europa* (con R. Albarea, D. Izzo e D. Zoletto, 2006); *L'infanzia e i suoi diritti. Sentieri storici, scenari globali e emergenze educative* (2006); *La scuola secondaria oggi. Innovazioni didattiche e emergenze sociali* (a cura con S. Ulivieri e G. Franceschini, 2008);

Bambini selvaggi. Storie di infanzie negate tra mito e realtà (2009); *Il nido dei bambini e delle bambine. La formazione delle educatrici per l'infanzia* (a cura, 2011); *Pedagogia e diritti dei bambini* (2013), con cui ha vinto il Premio Italiano di Pedagogia 2015.

GIORGIO MATRICARDI è ricercatore presso la scuola di Scienze Sociali dell'Ateneo di Genova; è incaricato dei corsi di Educazione alla sostenibilità e Didattica delle scienze della vita. Ecologo di formazione, si è dedicato a ricerche sull'educazione scientifica in tutti i gradi di scuola e con il pubblico, sviluppando percorsi sperimentali, giochi interattivi e momenti di formazione. Il suo interesse, anche nel contesto extrauniversitario, si rivolge in particolare ai percorsi di cittadinanza attiva ed alla partecipazione.

ALESSANDRA MODUGNO è ricercatrice di Filosofia teoretica presso il Dipartimento di Scienze della Formazione dell'Università di Genova: si occupa di questioni antropologiche e metafisiche, ma anche di orientamento e strategie di studio. Dal 1994 approfondisce l'opera di Michele Federico Sciacca, sul pensiero il testo più recente è *Interiorità e trascendenza. La lezione di Sciacca per il terzo millennio* (Armando, 2009). In *Appassionati alla realtà. Percorsi di apprendistato filosofico*, (Armando, 2011) instaura un dialogo ideale con il lettore adolescente per introdurlo alla sfida e alla concretezza del filosofare. Nel 2014 ha scritto per Carocci *Filosofia e didattica. Apprendimento e acquisizione di competenze a scuola*, in cui esplora il ruolo formativo della filosofia.

AUGUSTA MOLINARI è professore ordinario di Storia Contemporanea presso l'Università di Genova (Dipartimento di Scienze della Formazione). Il suo ambito di studi è la storia sociale europea del Primo Novecento. Tra le pubblicazioni più recenti: *Una patria per le donne. La mobilitazione femminile nella Grande Guerra*, Bologna, Il Mulino, 2014; *Les migrations italiennes au début du XXe Siècle. Le voyage transocéanique entre événement et récit*, Torino-Paris, L'Harmattan, 2014. E membro del comitato scientifico e della redazione delle riviste: "DEP. Deportate, esuli, profughe" e "Conflitti globali".

SIMONE MORETTI, nato a Erba (Como) il 26 settembre 2003, è stato alunno alla scuola dell'infanzia con scarso piacere sia perché

si annoiava sia perché troppo lontana da casa. Passato alle scuole primarie ad Alserio (Como), ha potuto appassionarsi allo studio ed alla vita scolastica, anche se un po' di cose si sarebbero potute migliorare. Attualmente frequenta il II anno di scuola secondaria di I° a Erba, studia due lingue e apprezza in modo particolare le materie scientifiche. Ama disegnare e dipingere, si diverte a giocare ai videogames con il fratello Jacopo, ha una gatta un po' pigra di nome Tigrotta e due tartarughe; da grande vorrebbe fare il veterinario.

FILIPPO NURRA, docente a contratto in Pedagogia della devianza presso l'Università di Genova, specializzato in criminologia, si occupa professionalmente di materie connesse alla prevenzione dell'illegalità. Tra i contributi pubblicati per le edizioni F. Angeli: "Giustizia Penale Minorile tra difesa sociale ed educazione" e "Prepotenze online. Uso della rete e Cyber-bullismo" (in *Pedagogia della devianza* di Ricci-Resico) e "La prevenzione del razzismo e della violenza nel calcio in ambito europeo. Orientamenti e buone pratiche". (in *Cittadinanza attiva e cultura euromediterranea. Buone pratiche interculturali per una politica inclusiva* di G. Ricci e S. Armani).

ROBERTO PELLEREY è Ricercatore in Filosofia del Linguaggio e docente di Semiotica presso l'Università di Genova. Tra i suoi libri: *Le lingue perfette nel secolo dell'utopia* (Laterza, 1992), *La théorie de la construction directe de la phrase* (Larousse, 1993), *Il parlato e lo scritto*, con Andrea Bernardelli (Bompiani, 1999), *Il lavoro della parola* (Utet, 2000), *Semiotica e interpretazione*, con Valentina Pisanty (Bompiani, 2004), *Comunicazione: storia, usi, interpretazioni* (Carocci, 2011), *Semiotica e Decrescita. Obiezione al consumo, cooperazione internazionale e sovranità alimentare: un nuovo paradigma*, Milano, FrancoAngeli, 2015. Si occupa attualmente di semiotica del teatro e del dibattito su cooperazione internazionale e i modelli dello sviluppo.

VALENTINA PENNAZIO ha conseguito il dottorato di ricerca in Qualità della Formazione all'Università di Firenze. Attualmente è assegnista di ricerca presso il Dipartimento DISFOR dell'Università di Genova dove collabora con la cattedra di Pedagogia Speciale, Didattica generale e Tecnologie dell'Istruzione. È inoltre, docente a contratto per insegnamenti del settore. Ha partecipato al progetto

di ricerca IROMEC (Interactive RObotic social MEDIators as Companions) co-finanziato dalla Comunità Europea nell'ambito del VI Programma Quadro di ricerca e sviluppo e al Progetto di ricerca Gi.ro.TU (GIochi RObotici per Tutti) presso la Fondazione Don Carlo Gnocchi di Milano ONLUS-IRCCS, servizio D.A.T. Tra le sue pubblicazioni: *Didattica, gioco e ambienti tecnologici inclusivi*, Franco Angeli, Milano (2015).

GIZELE DE SOUZA, Professoressa di ruolo, stabile, presso l'Universidade Federal del Paraná, in Brasile. Ha fatto parte del dottorato di ricerca a Pavia (2002-2003) e ha fatto il suo post-dottorato presso l'Università degli Studi di Firenze – Dipartimento di Scienze dell'Educazione (2014). Lavora, nell'ambito del corso di laurea, nella disciplina di Studi dell'Infanzia, e nel programma di Post-Laurea in Educazione (per il master e il dottorato) nella linea Storia e Storiografia dell'Educazione, con enfasi in storia dell'infanzia, storia della cultura materiale della scuola. Coordina il NEPIE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil, e svolge ricerca nell'area di politiche per l'infanzia e valutazione di contesto nell'educazione infantile. Partecipa in qualità di consulente di diversi periodici brasiliani e internazionali dell'area di educazione. Contatto:gizelesouza@ufpr.br

Indice

Prefácio	
Crianças, de lá e de cá: representações de proteção e assistência à infância no Brasil	
<i>Gizele de Souza</i>	9
Referências Bibliográficas	13
Prefazione	
Bambini, di là e di qua: rappresentazioni di protezione e assistenza all'infanzia in Brasile	
<i>Gizele de Souza</i>	15
Bibliografia	19
Introduzione	
<i>Andrea Traverso</i>	21
Parte Prima	
<i>I bambini pensati</i>	23
Capitolo Primo	
Il Manifesto Pedagogico dei servizi per l'infanzia del Comune di Genova: un'idea di bambino e di progettualità educativa	
<i>Andrea Traverso</i>	25
1. Perché un Manifesto Pedagogico	25
2. Il Manifesto Pedagogico del Comune di Genova	28
3. Il Manifesto Pedagogico e la progettazione educativa	41
Bibliografia	42

Capitolo Secondo

Infanzia “urbana” e infanzia “rurale”:
dai servizi e dal territorio un’immagine d’infanzia?

Renza Cerri 45

Capitolo Terzo

La rappresentazione dell’infanzia nei dispositivi
di Progettazione Partecipata: riflessioni critiche
e istanze educative

Monica Amadini 55

1. Il bambino competente e la logica della partecipazione 56
 2. La progettazione partecipata: tra potenzialità educative
e criticità 58
 3. Per una nuova cultura partecipativa:
il contributo dei bambini 60
 4. Prospettive di lavoro per una pragmatica
della partecipazione 63
- Bibliografia 66

Capitolo Quarto

I bambini e la filosofia. Relazioni e intersezioni tra riflessività
e pratica di vita

Alessandra Modugno 69

1. Quale “spazio” possibile per la questione? 69
 2. Infanzia, filosofia e apprendimento 74
 3. Ripensare la filosofia 78
- Bibliografia 79

Capitolo Quinto

L’immagine del bambino nell’ICF-CY

Valentina Pennazio 81

1. Il bambino con disabilità: da categoria del “non-umano”
a categoria dell’“umano” 81
 2. La Classificazione Internazionale del Funzionamento,
della Disabilità e della Salute 83
 3. L’ICF-CY: un modo nuovo di concepire il bambino
con disabilità 90
- Conclusioni 102
- Bibliografia 102

Capitolo Sesto

Dal brutto anatroccolo ad Angry Birds.

Il pulcino nell'immaginario

Anna Antoniazzi 105

Bibliografia 122

Capitolo Settimo

L'idea dell'infanzia agli albori della cultura dei diritti
dei bambini*Emiliano Macinai* 125

1. Premessa 125

2. L'immagine dell'infanzia nella propaganda bellica 127

3. La nascita di Save the Children 132

4. La Dichiarazione di Ginevra sui diritti del fanciullo 135

Bibliografia 137

Parte Seconda

Le infanzie vissute 141

Capitolo Ottavo

Le Ong e le scuole notturne. L'idea del bambino tra vite violate
e diritti negati negli interventi della cooperazione internazionale*Roberto Pellerey* 143

1. Scuole notturne 143

2. Il bambino in attesa e il bambino vittima 144

3. Il bambino germoglio 148

4. Le Ong e l'intervento sul campo 150

5. Le Ong e il bambino nella comunità 152

6. Le Ong e il bambino reindirizzato 157

7. Il bambino circolare 160

8. Il bambino protagonista 163

Bibliografia 166

Capitolo Nono

I "figli della guerra". Realtà e rappresentazioni dell'assistenza
all'infanzia nella Grande Guerra*Augusta Molinari* 169

1. Gli asili della patria 169

2. Proteggere l'infanzia per difendere la patria	177
Bibliografia	183
Capitolo Decimo	
Guerra, vocazione oblativa e formazione della personalità femminile nella Florence Nightingale di Laura Orvieto	
<i>Laura Cerasi</i>	187
Bibliografia	198
Capitolo Undicesimo	
Le immagini del bambino nella comunità e in comunità educativa. Dalla comunità come istituzione alla comunità come luogo di vita	
<i>Samantha Armani</i>	201
1. La concezione del bambino nella comunità	201
2. La comunità educativa e il bambino "difficile"	203
3. Il bambino nella Comunità	207
Bibliografia	209
Capitolo Dodicesimo	
Rappresentazioni e prospettive educative nell'attività di polizia a contatto con i minori	
<i>Filippo Nurra</i>	211
1. Polizia e Minori tra norme e strutture amministrative	211
2. Aspetti educativi della Polizia dei Minori	218
3. L'allontanamento del minore dalla famiglia come banco di prova	222
Bibliografia	224
Capitolo Tredicesimo	
"Scuola di sopravvivenza": un bambino osserva la scuola	
<i>Giorgio Matricardi, Simone Moretti</i>	225
1. Un alunno di seconda primaria e il suo libro	225
2. Sopravvivenza	226
3. Un "manuale" che fa riflettere	235
Bibliografia	238
Gli autori	241



AUGUST SANDER, *Forester's Child*, dettaglio, Westerwald, 1931

Edizioni ETS
Piazza Carrara, 16-19, I-56126 Pisa
info@edizioniets.com - www.edizioniets.com
Finito di stampare nel mese di aprile 2016